

Uma economia em círculos

Orlando Otto Kaesemeyer

Dentro do quadro geral da economia brasileira, alguns fatos não devem se aterar em futuro próximo. Entendo que estes fatos são básicos na estratégia a ser adotada pelos empresários brasileiros.

Seguidamente são apontadas algumas causas da inflação brasileira, mas na verdade a economia entrou em círculo, em que causas e efeitos têm o mesmo poder realimentador e sequencial; os juros são altos porque a inflação é alta. Juros altos elevam preços, que realimentam e elevam a inflação. A correção monetária corrige a inflação e se encaixa nos custos que crescem, gerando inflação.

Os salários são reajustados acima do INPC, o que tem efeitos inflacionários, por ser de fato um subsídio. Em nome de uma política social se criam benefícios. Não existem benefícios sem custos, que por sua vez são agregados à produção, e, em consequência, fazem subir os preços, que aumentam a inflação.

Os investimentos públicos forçam a necessidade de poupança, que para ser mantida deve ser convenientemente remunerada. Convenientemente remunerada significa custos que são agregados à produção do setor público e repassados ao consumidor e usuário gerando inflação.

Quando os custos pela inflação se tornam intoleráveis para o setor produtivo o Governo utiliza o mecanismo do subsídio, que por sua vez é inflacionário. Os benefícios acabam tornando-se menores do que os custos.

Neste processo todos os segmentos de sociedade aplicam seu próprio coeficiente de segurança, que passa a ser a maior alavanca inflacionária.

Este círculo de causas e efeitos vem ampliando seu raio pelo próprio efeito centrífugo das forças que o compõem. E, como nem todos os componentes têm a mesma fragilidade, estes estão transformando o círculo em elipse.

Assim, o dinheiro com juros reais de até 100% é que intermedeia a produção e o consumo será o grande inibidor de qualquer expectativa de desenvolvimento num futuro próximo.

Para o consumidor, qualquer produto comprado em 10 pagamentos canaliza apenas 50% do valor da prestação para a produção. Os outros 50%

vão diretamente para remuneração do dinheiro.

E não crescendo a produção, o Governo irá concentrar e ampliar, cada vez mais, a carga tributária sobre os que ainda continuam produzindo. Comenta-se, neste caso, a queda do poder aquisitivo, o que não é real. Existe sim, uma nova redistribuição do poder aquisitivo: menos para o produto e muito mais para o setor financeiro.

A colaboração de toda a sociedade e, fundamentalmente, dos empresários brasileiros se faz absolutamente necessária no sentido de eliminar, gradativamente, a invulnerabilidade de alguns segmentos componentes do círculo econômico.

É esta, hoje mais do que nunca, uma das prioridades do próprio Governo brasileiro:

1) A pós-fixação da correção monetária deverá ser um dos grandes aliados nessa luta. Não acredito que os banqueiros tenham coragem de anunciar um juro real de 60 a 70% ao seu cliente para desconto de duplicatas, quando os recursos são oriundos de depósitos à vista a custo zero.

O mesmo raciocínio deve ser aplicado quando o banco financia alguns segmentos produtivos a taxas de 45%. Significa, na realidade, para o banqueiro 45% sobre zero, ou ainda um spread de 45% — (não há dúvida nenhuma, ainda o maior do mundo).

2) Os gastos descontrolados das empresas estatais (incluem-se as de economia mista) deverão ser contidos e reorientados para retornos a curto prazo, porquanto os custos pré-operacionais se somam ao valor da produção gerando inflação.

3) A conjuntura internacional não tem, evidentemente, colaborado para minorar os problemas internos menos do que a dívida externa, é o balanço de pagamentos que interfere no equilíbrio de nossa economia. São fatos com os quais temos de conviver e que somente serão superados na relação direta de nossa capacidade de adoção de índices internacionais de custos e produtividade.

Orlando Otto Kaesemeyer é superintendente de Placas do Paraná SA e membro do CMN.